

O eixo do pacote

A última coisa que se pode dizer é que o pacote do ajuste fiscal tenha causado surpresas. Propositadamente, o governo foi vazando medida aqui, medida ali e, no fim, nem anunciou o apocalipse previsto pela oposição muito menos justificou a razão de tanto medo de fazer a divulgação antes do segundo turno das eleições. Até porque não adiantou nada, onde tinha de perder, o governo perdeu mesmo. Incluindo-se aí o governo de Brasília.

O que acabou parecendo é que o governo não temia o efeito, mas apenas queria as medidas anunciadas em ambiente menos conflagrado que o eleitoral e com o Congresso em pleno funcionamento. O negócio era não misturar as coisas no noticiário.

A reação ontem no Congresso também não se pode dizer que tenha produzido grandes novidades. A oposição rejeitava tudo de A a Z, com o presidente do PT, José Dirceu, reclamando da falta da desvalorização do câmbio, de limitações a importações e incentivo à produção, que é uma discussão de modelo econômico, coisa que não estava na pauta do governo.

Mas uma pergunta ultrapertinente de Dirceu não foi, de fato, respondida pelo pacote: "E os militares, por que ficaram de fora?"

A situação, se é que ainda os partidos ditos aliados podem assim ser denominados, cumpria o papel de sempre reagindo para negociar e firmar cacife político e, no fim, acabar aprovando. Paulo Maluf, pelo PPB, e Inocêncio Oliveira, pelo PFL, transitavam um reclamando contra o aumento de impostos e outro esbravejando contra o aumento da alíquota do FEF e prevendo que a contribuição previdenciária para os inativos não passa de jeito nenhum.

Se essa não for apenas, como sempre, uma posição inicial, vai ficar complicado. Pois, pode-se até discutir se o enfoque do governo está correto, mas é inquestionável que o eixo do pacote no que se refere às medidas que renderão dinheiro de imediato está centrado no setor público: de um lado os cortes de R\$ 8 bilhões e, de outro, o aumento da contribuição para os funcionários ativos e a introdução do pagamento para os inativos.

Por mais que alguns interpretem que isso é o *bode* para ser retirado lá da frente, o tom dos discursos do presidente da República, na terça-feira à noite, e do ministro da Fazenda, ontem de manhã, foi nítido: essa conta de emergência quem pagará é o funcionalismo. Da mesma forma que, no concreto, quem pagou a fatura do pacote de outubro de 1997 foram os contribuintes da classe média com o aumento da alíquota do Imposto de Renda.

Ao apresentarem os números, explicitando as discrepâncias entre contribuições e benefícios e reafirmando fortemente que o setor privado não terá prejuízo algum, o presidente e o ministro tinham um objetivo político: ganhar como aliada a maioria, que paga a Previdência e se aposenta com, no máximo, R\$ 1.200, deixando bem clara a injustiça contida no fato de que o funcionário público, além de se aposentar com seu salário integral (no fundo, ele não se aposenta, apenas deixa de trabalhar) e não pagar por isso, ainda é sustentado pelo conjunto da sociedade que sofre os efeitos do déficit da Previdência.

Aos que agora pagam a conta, o governo também sinaliza com a retirada progressiva da cobrança assim que começarem a surtir efeito as reformas estruturais. Assim, também os integrantes no grupo dos aliados em favor da aprovação, o mais rápido possível, do que ainda falta votar na reforma da Previdência, na regulamentação da reforma Administrativa e na discussão da reforma tributária que ainda vem por aí.

Ontem muita gente argumentava que é falacioso o governo despejar toda a culpa no funcionalismo. Pode até ser, mas o fato é que no que se refere a este conjunto de medidas agora em discussão a questão central é o setor público, cuja distorção reside justamente na Previdência e nos gastos com pessoal, segundo quem está na condução do processo e recebeu delegação de poder para tal.

Se, por pressão do Congresso, houver mudanças que quebrem esse eixo, o governo mais uma vez terá produzido um pacote pífio. Ainda que disso resultassem malefícios internacionais, mesmo que não tivesse em jogo a necessidade de produzir um efeito demonstração ao capital que nos sustenta – gostemos dele ou não –, já se justificaria a correção da louca relação entre receitas e despesas no caso do funcionalismo.

O Brasil é um país tão estranho que aqui até a demagogia funciona ao contrário: defende a parte em detrimento do todo. E o pior é que ainda há quem ache tudo muito natural.

Morte súbita

O deputado Fernando Lyra (PSB-PE), que não concorreu a nenhum mandato mas trabalhou ativamente na campanha pela reeleição de Cristovam Buarque, em Brasília, lamentava ontem as dores da modernidade:

– A urna eletrônica faz a gente perder eleição na base da morte súbita. Antigamente, quando a apuração era manual, a gente levava uma semana para perder a eleição. Em 32 anos de vida pública, foi a primeira vez que vi uma eleição perdida de bate-pronto. Vai ser duro acostumar.

Das gerais

Um amigo encontra o deputado Luís Carlos Santos (PFL), mineiro, candidato a vice de Paulo Maluf, e provoca: "E aí, Luís Carlos, já na oposição?"

– Eu? Lá em Minas, o último que mexeu com isso foi Tiradentes.